

O fiel da balança

José Assad *

A Constituição de 1988 teve, no capítulo da Saúde, um de seus pontos mais altos, ao contemplar antigas aspirações dos profissionais de saúde e da população em geral.

O Sistema Único de Saúde, já inserido, representa o pilar central dos avanços e conquistas desta área, mas para que ele ganhe concretude e organicidade no país impõem-se-lhe que triunfe primeiro no Rio de Janeiro. Isto porque nesta cidade está a maior rede pública de saúde, por razões de natureza histórica, já que o Rio de Janeiro foi capital da República e o antigo Estado da Guanabara. A imensa rede de unidades se espalha nos níveis municipal, estadual e federal.

É extremamente perigoso que a rede de hospitais do Inamps se encontre sem dotação orçamentária expressiva para 1992, e sem que a municipalização preconizada pelo SUS tenha atingido estas unidades. O vácuo orçamentário é um agente intensificador da deterioração do perfil e do desempenho destes hospitais, além de açular a voracidade privatista de alguns setores.

É necessário, com a indispensável segurança e transferência de recursos garantidos, que esta municipalização se dê imediatamente, embora de modo gradual, mas que não seja mais uma vez procrastinada, sob o pretexto de que seria economicamente inviável.

Se o sistema de financiamento é inadequado, através das chamadas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) e da Unidade de Consulta Ambulatorial (UCA), torna-se fundamental que os governos se sentem à mesa e transponham obstáculos e dificuldades. Com a participação das entidades da área de saúde e da sociedade civil organizada, deve-se chegar a um acordo que proteja a rede pública e implemente o sistema de saúde para melhorar o atendimento e ofereça mais serviços neste campo.

O momento é propício para resolver o problema. A ascensão de Adib Jatene, um homem do ramo, ao Ministério da Saúde, sem dúvida poderá ser um catalisador para que o Rio descubra o viés que o levará à real implantação do SUS, pois só com o Rio funcionando plenamente é que o Sistema estará vitalizado, e o serviço público pulsará em níveis saudáveis.

Não esqueçamos que esta cidade detém o maior número de unidades da rede pública emergencial do país e é incontestável que a grande trincheira de defesa do serviço público é a emergência, pois este setor a iniciativa privada não banca, já que somente o poder público, que não visa ao lucro, é o único capaz de manter dezenas de médicos e outros profissionais de saúde trabalhando em uma única equipe de plantão.

A estrada está aberta ao entendimento. Superemos as dificuldades econômicas com a manifesta expressão da vontade política. Avancemos no sentido do cumprimento da Constituição Federal, consubstanciando irreversivelmente o Sistema Único de Saúde. A história registrará de modo indelével o papel daqueles que buscaram a sua implantação, e, mais ainda, aqueles que tentaram indeferi-la.

Não tenhamos dúvida: o SUS vinga no Rio de Janeiro ou brevemente será mais uma bela intenção sepultada.

* Diretor do Conselho Regional de Medicina do estado e ex-secretário de Saúde do Município do Rio